

A formação continuada de professores para a Educação de Jovens e Adultos: a experiência da especialização em PROEJA

Josenilda de Souza Silva¹

Resumo

O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos — PROEJA (Decreto nº. 5.840/2006) abrange cursos e Programas de Educação Profissional que vão desde a formação inicial e continuada para estudantes trabalhadores atrelada aos ensinos Fundamental e Médio, os cursos técnicos integrados e/ou concomitantes até cursos de formação de professores para atuarem junto ao Programa. Neste artigo enfocamos mais especificamente a Especialização em PROEJA, ofertada em 2008, pelo Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG), *campus* Januária, sob a ótica de seus sujeitos: gestores, docentes e técnicos administrativos, com o objetivo de analisar se houve ou não implicação do curso enquanto formação continuada na formação de profissionais da rede pública de ensino para atuarem como educadores e/ou multiplicadores do Programa. A metodologia adotada baseou-se em pesquisa bibliográfica, análise documental e entrevistas. O estudo buscou chamar a atenção para a importância da formação continuada de profissionais com vista à atuação na educação e profissionalização de jovens e adultos e a consolidação das políticas públicas para esse público.

Palavras-chave: Formação continuada. PROEJA. Educação profissional. EJA.

Introdução

A atividade docente na Educação de Jovens e Adultos (EJA) foi durante muito tempo atribuída a profissionais sem qualquer formação específica. Na maioria das vezes, os que se encarregavam dessa modalidade da educação eram leigos, que dedicavam um pouco do seu tempo para a formação daqueles que, por algum motivo, não frequentaram o ensino regular.

Ainda que há tempos a educação de pessoas jovens e adultos e, conseqüentemente, a formação de professores, vem sendo discutidas e “promovidas” no Brasil, essas questões ainda vêm buscando consolidar o seu espaço. A exemplo, podemos citar o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), implementado nos institutos federais (IF), onde as práticas, materiais didático-pedagógicos, produção científico-teórica ainda são considerados incipientes. A oferta de cursos de especialização nessa

¹ Mestre em Educação pela Universidade de Brasília (UnB). Pedagoga do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG), *campus* Januária. E-mail: josieifnmg@gmail.com.

área é uma tentativa de fomentar a produção de materiais científico-pedagógicos a fim de subsidiar a prática voltada para essa modalidade, além de “capacitar” os profissionais das mais diversas áreas para a atuação junto a essa realidade educacional.

Espera-se que a reflexão sobre a necessidade de formação de professores para o PROEJA possa subsidiar e/ou nortear os gestores responsáveis pelo curso, quando da elaboração e aprimoramento de novos projetos e chamar a atenção para a importância de continuidade da oferta de cursos nessa modalidade.

A Educação de Jovens e Adultos e a formação de professores para essa modalidade da educação

Durante muito tempo a educação de pessoas jovens e adultas foi vista por se configurar por meio da negação de direitos e situações de exclusão desse público à educação formal. Arroyo (2007) destaca que apesar dessa área da educação apresentar uma longa história, há muito que se avançar, pois esse ainda é um campo não consolidado nas áreas de pesquisa, de políticas públicas e diretrizes educacionais, da formação de educadores e intervenções pedagógicas.

A EJA, enquanto modalidade da educação e, conseqüentemente, o PROEJA enquanto programa de governo, são vistos como campos abertos a todo tipo de cultivo, onde vários e indefinidos agentes participam sem a formação necessária. Nesse sentido, tanto a EJA quanto o PROEJA ainda carece de ações sedimentares no campo das políticas públicas de educação e nas políticas de formação de professores.

Devido à descontinuidade das políticas públicas e fragmentações das discussões em torno da educação de pessoas jovens e adultas, Soares (2007) enfatiza que no campo das políticas públicas convivemos com expressões como “supletivos” e “aceleração de estudos” que refletem a concepção de educação compensatória presente nas ações para essa modalidade de ensino. Para essa autora, o conceito de ensino supletivo tende a ignorar as especificidades que a educação de jovens e adultos.

Ainda em consonância com tal pensamento, é preciso avançar conceitualmente, tendo como foco a importância da formação de jovens e adultos, como sujeitos com necessidades de formação concreta. Nesse sentido, Arroyo (2007) defende a EJA atrelada à oferta da Educação Profissional, mas alerta-nos para que o PROEJA não seja visto como

uma política pública para “os esquecidos”, pois na história da educação brasileira esses sujeitos tiveram seus direitos limitados.

Com efeito, em uma breve excursão pela história da EJA percebemos o quanto as políticas públicas voltadas para essa modalidade de ensino não acompanharam as políticas das demais áreas da educação. Em todo o seu percurso, a EJA fora marcada por movimentos, campanhas emergenciais e políticas efêmeras, cujo objetivo maior voltava-se para a alfabetização em curto espaço de tempo e a capacitação de mão de obra para servir o país.

Todas as iniciativas por parte do governo federal em relação à EJA contaram, na maioria das vezes, com o auxílio da igreja e de movimentos da sociedade civil. Apesar da sua contribuição e até mesmo relevância para a educação de pessoas jovens e adultas, não podemos deixar de observar o caráter compensatório e assistencialista presente nessas ações e que estas não preencheram o imenso fosso existente nas políticas públicas para a EJA, o que é herdado posteriormente pelo PROEJA.

No que tange a esse último, o desafio ainda é maior, tendo em vista que engloba além de uma formação básica e cidadã, preceitos do mundo do trabalho e, conseqüentemente, qualificação/formação profissional, tendo como foco a construção de uma educação que articula ciência e profissionalização, de modo a viabilizar uma formação integral do ser humano. Desse modo, conforme aponta Moura (2010), a formação humana baseada no trabalho como princípio educativo não pode ser confundida com a formação de recursos humanos para atender às demandas do mercado de trabalho.

Arroyo (2010), especificamente para o PROEJA, alerta para a necessidade urgente de o Programa instituir o caráter de reconhecimento frente ao não reconhecimento do seu público, vistos como inexistentes — trabalhadores informais — e excluídos. O Programa precisa atentar para o seu público-alvo, bem como para sua realidade e especificidade, dando-lhes as condições necessárias para a ascensão educacional e profissional.

O PROEJA tem como desafio, romper com essa tendência histórica que afirma para a negatividade do público de jovens e adultos no contexto escolar. Para Arroyo (2007), o Programa precisa se vincular principalmente ao trabalho e à história do trabalho, desvinculando-se da lógica mercadológica.

Especificamente sobre a formação de professores para essa modalidade da educação, há um grande desafio nacional para a formação de professores para a EPT,

sobretudo porque, segundo Machado (2011), houve uma significativa expansão nessa área educacional, que não foi acompanhada pelo atendimento efetivo das necessidades e demandas político-pedagógicas dessa modalidade. Shiroma e Filho (2011) discorrem que diferente das outras modalidades da educação, o profissional que atua no PROEJA não possui necessariamente uma formação específica, pois raras licenciaturas contemplam discussões sobre o ensino e a aprendizagem de jovens e adultos.

No âmbito dos institutos federais, onde o PROEJA é uma realidade, os professores, cuja carreira contempla o Ensino Básico e Tecnológico, atuam nos diferentes níveis e modalidades do ensino, transitando pelos cursos técnicos de nível médio concomitante e/ou subsequente, integrados até aos cursos superiores — de Bacharelado, Tecnologia e Licenciaturas —, incluindo a pós-graduação *lato e strictu sensu*, não sendo, por essa razão, exclusivos de uma única modalidade, e, na maioria das vezes, pouco se identificam com os cursos na área do PROEJA.

Bonfim (2010) aponta para um grande desafio encontrado no âmbito dos institutos federais, no que concerne à formação docente para o PROEJA, pois considera que o trânsito do docente em vários níveis e modalidades e a orientação no desenvolvimento da pesquisa aplicada no contexto do trabalho e da comunidade, aumenta o desafio de atuação no PROEJA.

O PROEJA ainda é visto como um grande desafio interposto à formação continuada, haja vista que é concebido como um programa sem garantia de perenidade nas políticas públicas. Moura (2007) coloca-nos outro desafio para o programa, num plano mais elevado: a sua transformação em política educacional pública do estado brasileiro.

Mesmo sem garantia de continuidade no cenário das políticas públicas educacionais para o PROEJA, percebe-se uma demanda de formação nessa área e o interesse de um número crescente de educadores em busca de uma formação mais consistente para atuar e/ou subsidiar suas práticas pedagógicas e metodológicas junto a EJA e PROEJA. Nesse sentido, não basta somente instrumentalizar os profissionais envolvidos no Programa, mas, sobretudo, rever os seus conceitos, metodologias e diretrizes e até mesmo a própria estrutura curricular em que se assentam tais cursos. Além disso, Castro, Machado e Alves (2010) pontuam a urgência de investimento próprio para

esse Programa, tendo em vista que o PROEJA não possui uma fonte de financiamento específica.

Mediante o exposto, Machado (2011) enfatiza que a questão da formação de profissionais para atuarem junto ao PROEJA apresenta-se como uma necessidade frente à qualidade e universalização desse programa no âmbito dos institutos federais. Assim, os cursos de especialização nessa área se configuram como uma necessidade de formação.

A oferta da Especialização em PROEJA na perspectiva da formação continuada: resultados apresentados

Com o intuito de analisar os resultados da primeira turma do curso de especialização em PROEJA em Januária (MG), lançamos mão do Relatório Circunstanciado² cujo objetivo foi dar ciência à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) sobre a oferta do curso.

A primeira turma iniciou-se em 12 de dezembro de 2008, com a previsão para o término em março de 2011. A previsão do edital e do projeto de curso estabelecia um tempo menor de um ano e meio, mas o que se materializou na prática foi o prolongamento do curso além do tempo estabelecido. Tal prolongamento se justificou, principalmente, pela devolução dos recursos de financiamento da especialização em PROEJA para a SETEC.

Foram oferecidas no início do curso, 70 vagas conforme versa o relatório circunstanciado, o edital de seleção e o projeto da especialização. No entanto, de acordo com o relatório, em ambas as turmas a soma foi de 64 alunos que compareceram para frequência. Essa informação foi retificada pela coordenadora do curso, que relatou ter havido um erro na informação repassada à SETEC, sendo o número de 60 vagas ofertadas.

Prevendo a evasão no curso, foi autorizado “chamar” quatro alunos da lista de espera, a mais que o previsto no edital considerando que o recurso financeiro não era por aluno e sim por turma, devendo cada turma ficar com 32 alunos, sob a alegação de que ainda permaneceria um número razoável e beneficiaria mais quatro pessoas.

² Documento encaminhado para a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação, em 28 dez. 2010.

Por problemas operacionais posteriores na matrícula, os quatro alunos “a mais” ficaram na turma “A”, totalizando nesta trinta e quatro alunos. Essa informação diverge do que foi previsto no edital e no projeto de curso, mostrando a discrepância entre as vagas ofertadas e as matrículas efetuadas.

Os egressos do curso de especialização em PROEJA, em sua maioria, foram compostos por servidores da rede estadual de ensino, sendo que na turma A 12 alunos foram da Rede Federal, 15 alunos da rede Estadual e 7 da Rede Municipal, totalizando 34 alunos na turma. Já na turma B, 4 alunos eram da rede Federal, 23 da rede Estadual e 3 da Rede Municipal, totalizando 30 alunos.

Baseado ainda no Relatório Circunstanciado, até a data de 28 de dezembro de 2010, dois anos depois do início do curso de especialização em PROEJA, haviam sido formados 44 alunos que defenderam o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), o que presume um percentual expressivo de desistências em relação ao número de alunos matriculados. Posterior a essa data, apenas um aluno defendeu o TCC, o que aumentou para 45 o número de concluintes.

Em relação a produção teórica e acadêmica pelos alunos cursistas, não houve publicação de trabalhos, mas a participação em congressos e fóruns relacionados à temática da EJA/PROEJA, apresentando seus trabalhos de pesquisa. Neste sentido, podemos concluir que, apesar do curso de especialização fomentar a produção de materiais didático-pedagógicos para essa modalidade de ensino, o que se alcançou em termo concreto no *campus* Januária foi, incipiente, apenas alguns poucos trabalhos de conclusão de curso voltados para a temática do PROEJA.

É válido destacar que o curso ofertado foi totalmente gratuito, sem quaisquer ônus ao aluno cursista, no entanto sete alunos desistiram antes da sua finalização. As desistências estão relacionadas a problemas familiares, mudanças de cidade e problemas de saúde, conforme relato da coordenadora do curso de especialização.

Houve, ainda, o quantitativo de 12 alunos em ambas as turmas que não concluíram a especialização. A não conclusão relacionou-se à não entrega do TCC, requisito para obtenção do diploma de especialista.

Outro ponto que chama a atenção em relação à especialização em PROEJA é sobre os professores atuantes no curso. Ao analisarmos a relação de docentes que lecionaram na especialização, percebemos que houve a contratação de professores de universidades

e institutos de outras regiões, quando poderia ter havido o aproveitamento dos docentes do próprio IFNMG.

Quais os apontamentos para o curso de Especialização em PROEJA?

A pesquisa procurou averiguar as contribuições do curso de especialização em PROEJA na atuação profissional dos alunos cursistas. Nesse sentido, procurou-se saber as opiniões dos entrevistados em relação ao que poderia ser levado em consideração nas próximas versões do curso. Entre as respostas dos entrevistados, apareceram diversas sugestões, sintetizadas a seguir:

- a) A existência de um estágio no PROEJA que permita o contato com a prática e como requisito para a formação no curso;
- b) Intercâmbio com turmas — alunos e professores — do PROEJA, de modo que haja um contato com a realidade desse programa;
- c) Revisão do processo de seleção dos alunos do curso de especialização;
- d) Alteração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) para um artigo científico, de modo que diminua a complexidade;
- e) Um debate mais aprofundado acerca do PROEJA no contexto das políticas públicas brasileiras;
- f) Mais aulas práticas e menos aulas teóricas;
- g) Otimização no tempo das aulas, ou seja, melhor aproveitamento das aulas.
- h) Menos sobrecarga e complexidade nos trabalhos desenvolvidos durante o curso.

Mediante as sugestões apresentadas, acreditamos ser pertinente a reflexão sobre a oferta e/ou reconfiguração do curso, de modo a proporcionar uma formação crítica e reflexiva para essa realidade educacional.

Considerações

A análise empreendida neste estudo buscou conhecer as implicações da Especialização em PROEJA, ofertada pelo IFNMG, *campus* Januária, enquanto formação

continuada, no processo de capacitação de profissionais da rede pública de ensino para atuarem como educadores e/ou multiplicadores do Programa.

Os resultados apontam que curso cumpriu o seu objetivo principal, qual seja, capacitar os alunos para a Educação Profissional e Tecnológica atrelada à Educação de Jovens e Adultos, apesar da evasão presentes no decorrer do curso. Os alunos-cursistas concluintes relatam que houve a obtenção de conhecimentos teórico-metodológicos sobre a EJA e o PROEJA, possibilitados principalmente pela aquisição de técnicas e procedimentos pedagógicos aplicáveis a essa modalidade do ensino. Diante do exposto, chegamos à conclusão que os entrevistados, em sua grande maioria, sentem-se preparados para atuar como multiplicadores do PROEJA, ainda que a percepção sobre a falta de valorização do profissional dessa área tenha sido apontado como um fator que ofusca e/ou desestimula essa atuação.

Baseado nos resultados apresentados pelo curso de especialização em PROEJA em Januária (MG) em relação à primeira turma, observou-se que o referido curso teve pouca implicação no âmbito do próprio Instituto. Os poucos servidores da rede federal de ensino que concluíram a especialização, atuam em áreas diversas, como cursos técnicos integrado, atividades de gestão e/ou cursos de licenciatura ou bacharelado. Sendo o PROEJA realidade dessa esfera administrativa, aqui é evidenciada uma fragilidade do Programa que não atingiu o seu público-potencial destacado no seu projeto de curso: servidores docentes e técnico-administrativos da rede federal de ensino onde se concentra a maior oferta dos cursos de PROEJA.

Houve reclamação em relação ao prolongamento do curso, tornando-o cansativo e o que ocasionou evasão. No projeto de curso, a previsão era que o mesmo durasse um ano e meio, no entanto, houve o prolongamento além do tempo previsto, sendo justificado principalmente pela devolução dos recursos à SETEC. Neste sentido, no ano de 2011, ainda havia alunos defendendo o trabalho de conclusão de curso — requisito para obtenção da titulação em PROEJA.

Em relação ao Plano de Desenvolvimento Institucional, este intentou como objetivos em relação à pós-graduação, ministrar cursos tanto *lato sensu* quanto *strictu sensu*, com vistas à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento, com a finalidade de “promover o estabelecimento de bases sólidas em Educação, Ciência e Tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica. Na prática, o que

se apresenta como resultados no quesito formação continuada em relação ao PROEJA, no âmbito do *campus* Januária, foi a oferta de mais duas turmas de especialização, ainda em andamento.

O objetivo do curso, no que se refere às competências e habilidades para o egresso, era capacitar para a atuação na educação profissional integrada à educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos, o que para os entrevistados, o curso alcançou o objetivo de formação continuada para o PROEJA.

Como recomendação de pesquisa, seria oportuna a adoção de um instrumento — questionário/formulário — destinado aos alunos-cursistas no início e no final do curso com o objetivo de se conhecer mais acerca desses alunos, bem como suas expectativas/perspectivas em relação à formação continuada. Tal instrumento poderia ser utilizado, ainda, com a finalidade de avaliação do curso. Neste sentido, os critérios de seleção de candidatos para concorrer uma vaga deve ser mais criterioso, no sentido de refinar o perfil dos alunos para atuação junto ao PROEJA.

Sugere-se ainda que a temática da EJA aliada à Educação Profissional seja constituinte e priorizada na espinha dorsal dos cursos de licenciaturas ofertados pelo IFNMG *campus* Januária, mesmo o PROEJA tendo o caráter de Programa. Tendo em vista que se trata de curso de formação de professores, torna-se imprescindível que a instituição, ofertante de EPT tenha disciplinas com ênfase nessas temáticas nas matrizes curriculares dos seus cursos.

O PROEJA ainda é visto como um programa sem garantia de perenidade nas políticas públicas, contudo, percebe-se o interesse de um número considerável de educadores em busca de uma formação esclarecida para atuar e/ou subsidiar suas práticas junto a essa realidade educacional. Os resultados dessa pesquisa apontam que a formação continuada é o caminho para a capacitação de profissionais para atuar na consolidação desse programa.

Referências

ARROYO, M. G. Educação de Jovens e Adultos. In: GIOVANETTI, M. A; GOMES, N. L.; SOARES, L. J. G. (Org.). *Diálogos na Educação de Jovens e Adultos*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

ARROYO, M. G. Palestra. Fórum Regional de Pesquisa e Experiência em PROEJA — Minas e São Paulo. CEFET/MG. 14 a16 set. 2010.

BONFIM, C. J. L. *Os desafios da formação continuada de docentes para a atuação na educação profissional articulada à educação de jovens e adultos*. Dissertação de Mestrado — Universidade de Brasília. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2011.

CASTRO, M. D. R.; MACHADO, M. M.; ALVES, M. F. O Proeja como desafio na política de educação voltada a jovens e adultos trabalhadores. In: MACHADO, M. M.; OLIVEIRA, J. F. (Org). *A formação integrada do trabalhador: desafios de um campo em construção*. São Paulo: Xamã, 2010.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A Política de Educação Profissional no Governo Lula: um percurso histórico controvertido. *Educação & Sociedade*, Campinas, SP, v. 26, n. 92, p. 1087-1113, out. 2005.

MACHADO, L. O desafio da formação de professores para a EPT e PROEJA. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 32, n. 116, jul./set. 2011.

MOURA, D. H. História do PROEJA: entre desafios e possibilidades. In: SILVA, A. C. R.; BARACHO, M. G. (Org). *Formação de educadores para o PROEJA: intervir para Integrar*. Natal: CEFET-RN, 2007, p. 17-34.

SHIROMA, E. O.; FILHO, D. L. L. Trabalho docente na educação profissional e tecnológica e no PROEJA. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 32, n. 116, p. 725-743, jul./set. 2011.

SOARES, L. J. G. Do direito à educação à formação do educador de jovens e adultos. In: GIOVANETTI, M. A; GOMES, N. L.; SOARES, L. J. G. (Org.). *Diálogos na Educação de Jovens e Adultos*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.